
SUPERVISÃO E ESTÁGIO: ESCUTANDO A ESCUTA DO NOVO PSICOTERAPEUTA

SUPERVISION AND INTERNSHIP: LISTENING TO THE LISTENING OF THE NEW PSYCHOTHERAPIST

Esperidião Barbosa Neto¹, Eziel da Silva Matos²

RESUMO: Este artigo trata de uma experiência de supervisão de estágio em psicologia, com respaldo teórico a partir de orientação psicanalítica. Partimos da ideia de supervisor como referência para uma identidade profissional, sendo a supervisão lugar da palavra cujo sentido se produz na escuta das escutas. A supervisão psicoterapêutica institucional adquire consistência a partir do material do novo psicoterapeuta, a relação entre os envolvidos se nutre da postura ética, desde o sigilo ao manejo do tratamento. Nosso objetivo é apresentar uma peça teórica sobre o processo de estágio supervisionado em psicologia, aliada a determinada experiência na clínica psicoterapêutica em uma instituição de ensino. Primeiro, enfocaremos a *Supervisão como referência*; na sequência, *Contexto supervisionado: espaço da palavra*; em seguida, *O que dá consistência à supervisão*; por último, *Campo da reflexão e prática ética*. Cada argumentação teórica é corroborada por sucinto relato do então supervisor e respectivo supervisionando, autores do presente texto. Concluímos justificando a qualidade do tratamento, segundo suas diretrizes, e importância da escrita sobre supervisão psicoterapêutica.

Palavras-chave: supervisão psicoterapêutica; palavra; escuta; ética.

ABSTRACT: This article deals with an experience of supervising the internship in psychology, with theoretical support from a psychoanalytic orientation. We start from the idea of the supervisor as a reference for a professional identity, with supervision being the place of the word whose meaning is produced in listening to the listenings. An institutional psychotherapeutic supervision acquires consistency from the material of the new psychotherapist, the relationship between those involved is nourished by the ethical stance, from secrecy until treatment management. Our goal is to present a theoretical piece about the process of supervised internship in psychology, combined with a certain experience in the psychotherapeutic clinic in a teaching institution. First, we will focus on *Supervision as reference*; in sequence, *Supervised context: space of the word*; then *What gives consistency to supervision*; and at last, *Field of reflection and ethical practice*. Each theoretical argument is corroborated by succinct account of the then supervisor and respective supervising, authors of the present text. We conclude by justifying the quality of the treatment, according to its guidelines, and the importance of writing on psychotherapeutic supervision.

Keywords: psychotherapeutic supervision; word; listening; ethic.

¹ Doutor em Psicologia clínica pela Universidade Católica de Pernambuco, linha de pesquisa Psicopatologia Fundamental e psicanálise. Mestre em Psicologia Clínica. Especialista em Filosofia Política, Psicologia Social e Psicopedagogia. Graduado em Psicologia. Professor da Universidade Federal de Alagoas, esperidiaobneto@gmail.com

² Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. eziel@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para o iniciante psicoterapeuta, assim como o clínico experiente, não há um produto acabado; o que existe é um não todo. Por outro lado, não se conhece, de antemão, o grau de alcance do tratamento psíquico. O único prognóstico possível, se é que podemos utilizar essa terminologia, é o trabalho psíquico como via de transformação, isto faz parte dos ensinamentos de Freud (1912/1969; 1913/1969) aos novos psicanalistas da sua época. O trabalho de supervisão, portanto, deve conduzir o novo psicoterapeuta a se sentir como pessoa, ele não é, apenas, técnica.

Nosso interesse pela temática da supervisão se deu durante a experiência de estágio, ora enquanto estagiário, ora enquanto supervisor. Observamos, inclusive, a relevância da presente pesquisa no sentido de aguçar o interesse e possíveis estratégias para novos psicoterapeutas em processo de formação.

O objetivo deste artigo é apresentar uma peça teórica sobre o processo de estágio supervisionado, aliada a determinada experiência na clínica psicoterapêutica de uma instituição de ensino para formação de psicólogos, cuja prática corrobora as considerações teóricas em questão. Primeiro, enfocaremos a *Supervisão como referência*, cujo supervisor é referência para a construção profissional, e não modelo; na sequência, *Contexto supervisionado: espaço da palavra*, esta como processo de elaboração da experiência traumática; em seguida, *O que dá consistência à supervisão*, articulando-se à ideia lacaniana de *ex-sistência*, para explicar a relação dentro-fora em que um dá consistência ao outro; por último, *Campo de reflexão e prática ética*, considerando-se, sobretudo, o sigilo e análise pessoal do novo psicoterapeuta. Em cada tópico apresenta-se a teoria seguida de sucinto relato sobre a experiência da supervisão: um do então supervisor e outro do respectivo estagiário, autores do presente artigo. Nas *Considerações finais* justificamos a qualidade do estágio supervisionado em psicologia, enfatizando a relevância da sua escrita.

2. SUPERVISÃO COMO REFERÊNCIA

A ciência psicológica, sobretudo a psicanálise, não se limita à construção solitária. O trabalho de supervisão psicoterapêutica exige olhares múltiplos, visão de ordem maior e capaz

de guiar cada um dos implicados no processo. O Outro olhar é necessário, ele transcende a personalidade, remete o sujeito à sua própria constituição, muitas vezes fazendo-o retomar o ponto mais primitivo, à formação do “eu”. O supervisor ocupa o lugar desse Outro, ele não se reduz ao semelhante na medida em que representa a experiência; é uma referência que se junta ao desejo do estagiário. A relação entre um e outro implica a precedência de algum vínculo, mesmo que não se o conheça de antemão; é necessário algum viés transferencial.

No dicionário Aurélio o termo *supervisionar* aparece como “dirigir ou orientar em plano superior” (Ferreira, 2001, p.693); etimologicamente, Cunha (1986) aponta *super.vis.ão* como visão no sentido aumentativo. Para nós uma visão privilegiada, oriunda da experiência. O supervisor representa, além de outros requisitos, uma vivência profissional.

O Outro, capaz de guiar o estagiário nos seus primeiros passos da clínica, não é uma fórmula de como ser psicoterapeuta, é referência. Isto dignifica o processo de supervisão. A aquisição do estilo próprio se dá a partir de um supervisor que deve proporcionar liberdade, dar margem para que o outro atue à sua maneira, considerando os recursos pessoais.

Freud (1912/1969), quando fez recomendações aos novos analistas, observou que seus ensinamentos haviam lhe custado tempo, muito trabalho, erros e acertos; trajetória esta que fundamentou um caminho, forjando a metodologia digna de uso até hoje. No entanto, o criador da psicanálise reconhecia a possibilidade de que novos psicoterapeutas pudessem seguir por outras direções, criarem, do mesmo modo, procedimentos distintos do seu: “esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um [psicoterapeuta] constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes” (Freud, 1912/1969, p. 149).

Não se trata de um supervisor eclético, cujo estagiário escolha tomar qualquer direção. O supervisor apresenta sua linha de trabalho, orienta segundo os princípios teóricos da sua prática, porém considerando margens de possibilidades com relação a outros manejos. Ele respeita a potencialidade do aprendiz não o inibindo de maior amplitude no seu fazer.

Na atualidade não se exerce a clínica limitado por uma trilha consagrada, ou “fórmula”; as novas patologias exigem flexibilidade. Por outro lado, não se trata de um trabalho “às cegas”, parte-se do princípio de que o estagiário tenha certo preparo, aporte teórico e análise pessoal. A supervisão se constitui saber inacabado.

A formação profissional do novo psicoterapeuta implica trabalho exaustivo no campo teórico, prática e vivência pessoal. Uma teoria é referência necessária, ferramenta de apoio a qual não pode servir para todos os casos clínicos; ela conduz o profissional até certo ponto, e pode ser que alguma coisa a mais não caiba ali, então surgirá a novidade. A teoria nos guia na compreensão sobre o dinamismo psíquico do sujeito, mas de modo que cada paciente não deve ser enquadrado nela, a todo custo. Caso o molduremos dentro de um modelo teórico, poderemos nos perder, situando o outro aquém do humano.

Ressaltamos a experiência pessoal do novo psicoterapeuta. Quando se usa uma teoria e/ou técnica para explicar tudo, ignorando-se a si mesmo na relação com essa técnica-teoria-outro, nos seus percalços e deslizes, tem-se um distanciamento do propriamente humano. A vivência se faz, e se renova, na medida em que a experiência é permeada por questões: “o que eu quero com isto?”; “por que preciso deste dado?”; “por que estou agindo desta forma?”.

A respeito da técnica e do profissional que a utiliza, Cardoso (1985) adverte que não se confunda a vivência com envolvimento pessoal, a ponto de não se distinguir a sintomatologia do outro com a própria. Nesses casos, pode haver envolvimento extremo (preocupação de “auxiliar a si no outro”) ou manejo inadequado. É necessário que o novo psicoterapeuta conheça os limites de seu envolvimento. Mais adiante, a autora escreve: “pretender que um instrumento [técnica, teste] resolva tudo, é persistir numa valorização ingênua, que servirá mais para proteger a própria onipotência do que o instrumento” (Bermudez, citado por Cardoso, 1985, p. 14-15).

Esse contexto exige do novo psicoterapeuta um olhar atento em duas direções, a do paciente e a de si mesmo. Por esses movimentos se pode perceber indícios da fantasia do outro que idealiza a figura do psicoterapeuta. É comum ver este como onipotente, por isso que o procurou para ajudar naquilo que ele, o paciente, não está sendo capaz de resolver sozinho; busca-se alguém que possa, tenha o poder de curar. O psicoterapeuta, por outro lado, também idealiza, pensa seu próprio desempenho, desejando corresponder à expectativa do paciente. Ele se esforça, por vezes, exagerando a percepção de si no sentido da onipotência ou irrelevância. É necessário “dosar” essa imagem de si, avaliar a distância possível.

O objetivo do supervisor é integrar/articular teoria à prática, adequar o instrumental teórico ao material clínico. Ele deve propor o desenvolvimento de uma atitude profissional; precisa não apenas informar, mas formar psicoterapeutas, visando autonomia, como orienta

Cardoso (1985, p. 46): “sem lhes imprimir a própria marca pessoal, ou seja, sem torná-los a sua própria imagem, mas auxiliá-los a encontrar a sua própria identidade profissional”.

O trabalho do supervisionando, portanto, é pessoal/teórico/técnico. Ele precisa ser levado a uma preparação cujo inconsciente, quando emerge, inesperadamente e em função de intervir no tratamento, seja capaz de acertos. Isto quer dizer que o novo psicoterapeuta se autoriza, por si mesmo, à função clínica. Essa autorização é efeito da própria análise, da formação que vem tendo; isto é, ele se faz clínico. No processo analítico, a princípio, não há certeza aonde se vai chegar, o avanço é sem garantias do que irá encontrar. No percurso, porém, dá-se a preparação. Esse fato se distingue de uma simples aventura, de modo que quando se encontra o achado este é compreendido como estranho, e, ao mesmo tempo, familiar; algo do próprio sujeito. Era assim que faziam os grandes navegadores dos Séculos XV e XVI: aventureiros, mas preparados. Quando um deles descobria novas terras, havia nelas algo de estranho-familiar, dentro daquilo que lhe era compreensível no contexto do estudo e da experiência; mundo estranho, mas, ao mesmo tempo, também criado por ele.

Nossa experiência na supervisão de estágio corrobora o que se pôs até aqui. “Nossa”, segundo a forma pela qual estamos relatando no presente artigo, designa ambos os autores: um na condição de supervisor (à época da supervisão), o outro como estagiário.

Relato da experiência enquanto supervisor:

“Diante dos casos clínicos apresentados pelo estagiário, eu dizia: ‘você fará dessa forma, depois irá observando os efeitos produzidos; podendo adotar, no futuro, outros modos de intervir’. Também adverti: ‘a teoria psicanalítica assim orienta, segundo a prática clínica; você irá observando a pertinência deste fazer, depois pode ver outros vieses’. Prezamos, em todo caso, pela autonomia do novo psicoterapeuta”.

Relato da experiência enquanto estagiário:

“O início de uma atividade realizada pela primeira vez é, quase sempre, inesquecível e desafiador por conta do não saber (ou saber pouco) e do inesperado. Como forma de me preparar para o desconhecido, busquei informações, estudei seguindo o que me foi orientado. No primeiro encontro com o supervisor desejava saber tudo o que poderia ocorrer em um atendimento psicoterapêutico. Queria uma receita, fórmula; um tutorial passo a passo. Desejava eliminar a insegurança que em mim ofuscava o conhecimento, saber este adquirido durante a formação. Porém, sabia que meu querer era injustificado; aprendi na graduação que

nada já vem pronto, completo; tudo é uma construção constante. Porém, o fato de ser assistido por um psicoterapeuta com longa prática clínica, suas informações oriundas da experiência, as indicações de textos etc. trouxeram certo alívio. Dei-me conta, por fim, de que a pessoa do supervisor representava, na verdade, o Outro - algo além da personalidade, uma representação de experiência. Foi nessa condição que fiz meu primeiro atendimento: a escuta, notas, prontuários etc., na clínica psicológica. Vieram outros atendimentos, outros e outros; grande quantidade de material posto à escuta do supervisor, que escutava a minha escuta”.

3. CONTEXTO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DA PALAVRA

A palavra está no campo da linguagem, o sentido vai sendo construído na medida em que o sujeito fala. Quando ele conta uma história, endereçada a outro ou a si mesmo, escrita ou verbalmente, vai tecendo novas conexões representativas de afetos. O relato da experiência traumática, até mesmo sobre o que não se sabe direito, representa uma versão do próprio sujeito, tentativa de tradução da inconsciente que não se traduz. A psicoterapia é lugar da palavra, a supervisão também. Na primeira se escuta o paciente, na outra a escuta do novo psicoterapeuta. A acuidade para se fazer a leitura de sentido, por parte do estagiário, pode ser ampliada no ambiente da supervisão.

O relato do sujeito em tratamento é feito de repetições (Barbosa Neto & Rocha, 2014; Barbosa Neto, 2015). Na medida em que ele tenta por em palavras o seu sofrimento, contando e recontando embora nem sempre do mesmo modo, será possível a elaboração psíquica, até que a dor ceda lugar a algum sentido. Isto é, o afeto, enquanto intensidade pura necessita da palavra para ser significado. O que mais dói é a falta de sentido, vazio que somente se preenche quando se nomeia o indizível. Carregar uma enorme pedra pode ser algo suportável ou não, dependendo o que isto significa para um sujeito. O peso não é o problema, o que fragmenta a organização psíquica é a falta de representação. O sentido não se encontra no afeto nem na linguagem, ele é efeito de uma elaboração, esta como passagem do afeto à palavra: “que os afetos passem às linguagens, que as linguagens passem aos corpos, que os corpos passem aos afetos, que cada um dê passagem aos demais” (Figueiredo, citado por Barbosa Neto, 2010, p. 72).

Na supervisão psicoterapêutica o contador (estagiário) é levado em conta, ele conta sobre o outro e, sem saber, sobre si mesmo. Isto é, o contador é contado, incluído no relato na

medida em que diz, avança; desdiz, retrocede, corrige. Considerando-se as funções da palavra no contexto da psicologia, o relato do novo psicoterapeuta, por si só, justifica o processo de supervisão, embora não o esgote. Ainda que a escuta na supervisão não seja a mesma da psicoterapia, levando-se em conta os objetivos e intervenções, em ambos os casos podemos falar de *escutas*, porque o novo psicoterapeuta trás a fala do paciente que se junta à sua.

A palavra deve ser escutada desde sua função primária a mais sublime das elaborações. No primeiro caso há a descarga, cujo alívio é transitório enquanto desconcentração de energia; no tratamento, porém, deve-se ir adiante, trabalhar a elaboração. Esta exige tempo e certo sofrimento, mas transforma. Para Rocha (2012) este processo é “capaz de propiciar [ao sujeito] uma ordem de significação que lhe permita poder tornar história as vivências que permaneciam até então sem fazer qualquer sentido (p. 88)”.

Através da palavra se tenta traduzir a experiência interna e percepção do mundo para um código convencional de linguagem; ligam-se afetos a representações; unem-se fragmentos da experiência traumática possibilitando ressignificá-la, até que a escuta do outro aponte significantes e nestes o sujeito implicado. O processo de tradução se aproxima mais dos afetos na medida em que rompe o código linguístico que é ligado à razão. Fazer uso da palavra é vincular fenômenos psíquicos sem representação até que se dê o “encaixe” ou a simbolização.

Relato da experiência enquanto estagiário:

“Um dos grandes receios, no início do Estágio, era o de não conseguir lembrar tudo o que o paciente falou. Minha preocupação era de anotar tudo o que ele havia dito. No entanto, tinha me prevenido: é humanamente impossível pôr em notas a fala completa, a não ser pelo uso de meio eletrônico. Não precisa! Simplesmente não são necessárias longas anotações. Logo percebi que o essencial da escuta permanece, para o psicoterapeuta, inclusive pelas repetições do paciente. Há algo do psicoterapeuta ali, na seleção de material, que vai direcionar o manejo no tratamento, desde que a escuta seja interessada. Pude perceber que, no momento de ser escutado pelo supervisor o estagiário conta além daquilo que foi relatado nas sessões psicoterapêuticas, há algo seu. A fala em supervisão é construída, inclusive, a partir de uma ou mais demandas do paciente que atravessam o novo psicoterapeuta, de modo que este, ao contar o contado pelo paciente, acaba contando também de si. O que chega ao supervisor é a demanda do paciente pintada com as cores do novo psicoterapeuta”.

Relato da experiência enquanto supervisor:

“Tentei passar a ideia, ao novo psicoterapeuta, de que a fala em supervisão é similar àquela do seu paciente, até certo ponto. Não precisava ocupar, demasiadamente, sua memória e raciocínio no sentido de organizar as palavras, prendendo-se, necessariamente, a notas. Estas são necessárias, devem ser consultadas e avaliadas no processo, posteriormente. A fala espontânea haveria de lhe guiar na supervisão, pelo menos a princípio, favorecendo certo acesso ao seu próprio inconsciente. Por isso que ele parece ter notado, como se vê no relato acima, a “presença” inevitável de afetações próprias na sua fala, mas não de modo a confundir-se com o material do paciente. Não tardou, o estagiário se deu conta dos efeitos da associação livre, cujo paciente progredia no tratamento, libertando-se, de alguma forma, do imperativo racional. Por outro lado, ele próprio, o estagiário, situava-se, ao mesmo tempo, no campo da escuta e do ser escutado. Ademais, tanto supervisor quanto estagiário puderam observar se, e quando, o novo psicoterapeuta precisava de ajuda, recorrendo a sua própria análise durante o processo psicoterapêutico na medida em que, segundo ele, ‘o que chega ao supervisor é a demanda do analisando pintada com as cores do novo psicoterapeuta’.”

4. O QUE DÁ CONSISTÊNCIA À SUPERVISÃO

A supervisão de estágio se distingue de aula acadêmica. Ela inclui a relação entre psicoterapeutas, sendo um com experiência profissional e o outro em seus primeiros passos. Não há um que ensina e outro que aprende, simplesmente; é preciso que o aprendiz se mobilize, e, ao fazê-lo, dê mobilidade àquele que ensina. Neste sentido, o estagiário dá consistência à supervisão.

Ambos, supervisor e estagiário, aprendem por causa e em função de uma demanda de sofrimento do paciente. Diferentemente da aula, o primeiro aponta uma direção, desde as referências teóricas às diretrizes dos procedimentos clínicos. Na sequência, é o novo psicoterapeuta quem se adianta, e se não há material trazido por ele, não há supervisão. A supervisão se inicia com uma demanda do paciente endereçada àquele que o escuta, e este provoca a escuta do supervisor. A consequência é o caminho de volta, a partir do supervisor, via novo psicoterapeuta, ao paciente.

Nossa experiência no campo da supervisão corrobora o ensino lacaniano. Em 18 de fevereiro de 1975 Lacan inicia seu seminário da seguinte forma: “espero que alguns de vocês

me façam perguntas” (Lacan, 2002, p. 87). Na sequência, diz: “esses alguns que, certamente no sentido em que entendo, ex-sistem, a esses alguns, se me lançarem a bola, se posso assim dizer...” (p. 87). O autor utiliza o termo *ex-sistência* para mostrar a dinâmica entre o dentro e o fora; o que se encontra no entorno dá consistência ao que está no centro, e este, por sua vez, dá consistência àquele de fora. A consistência sempre porta outra dimensão, a ex, diz ele no final do seminário de 14 de janeiro do mesmo ano: “a ex-sistência se define por relação a uma certa consistência [...] esse fora que não é um não dentro” (2002, p. 54).

Articulamos essa ideia à supervisão, considerando as duas dimensões, o novo psicoterapeuta e o supervisor; um dá consistência ao outro. Uma dimensão não existe por si só, a supervisão acontece na medida em que o estagiário apresenta conteúdo da sua escuta; por outro lado, seu desempenho depende da supervisão. O material escutado por parte do novo psicoterapeuta, uma vez oferecido ao supervisor, aparece como o entorno (ex) que dá consistência ao processo. Se esse entorno é o “fora que também é um dentro”, a consistência (o dentro) seria, do mesmo modo, um dentro que é, ao mesmo tempo, o fora.

A questão que se coloca é: onde tudo se inicia, e como termina? Primeiro há a demanda de sofrimento do paciente, na sequência outros elementos se aliam à escuta do novo psicoterapeuta, de modo que na supervisão são escutados o paciente e o novo psicoterapeuta. Tais elementos darão consistência ao processo de supervisão, e esta, por sua vez, aponta o caminho de volta: a escuta do supervisor dará consistência à escuta do novo psicoterapeuta que, do mesmo modo, dará consistência ao tratamento.

A questão posta por Lacan produz efeito sobre o sujeito do inconsciente. No Seminário 11 (Lacan, 2008) se lê que o inconsciente é o núcleo do aparelho psíquico, portanto o centro; no seu entorno o consciente. O conflito interno dá consistência ao sintoma, este ao conflito. O efeito da supervisão incide sobre o tratamento que, em última análise, visa produzir efeitos sobre a dinâmica desse conflito, impelindo o sujeito à elaboração.

Relato da experiência enquanto supervisor:

“O trabalho de supervisão, desde o início, valorizou os eventos relacionados ao ambiente do estágio. Isto é, à clínica de psicologia em questão, considerando seus bastidores, a saber, reuniões do estagiário com supervisor de área e com seus colegas; trocas entre estes, incluindo casos de atendimentos e fragmentos de supervisão; movimento de pacientes em sala de espera etc. Assim, o relato do novo psicoterapeuta sobre sua escuta, e respectiva

discussão/orientação, era permeado, muitas vezes, por impressões de suas vivências nos diversos lugares do centro clínico, incluindo as próprias expectativas do estagiário. O que chamamos de “bastidores” é modulado conforme a direção do tratamento.

No percurso entre a fala do paciente e o relato dessa fala em supervisão, minha escuta pôde ter acesso à demanda de análise permeada pelas circunstâncias do novo psicoterapeuta, inclusive sua análise pessoal. Isto deu consistência à supervisão. Pude enumerar as condições indispensáveis para a existência do nosso trabalho:

1) leituras recomendadas inicialmente; 2) disciplinas estudadas durante o curso; 3) experiência pessoal e maturidade do estagiário; 4) reuniões com supervisor de área (gerenciamento do centro de atendimento); 5) reunião entre os colegas; 6) trocas de ideias no convívio diário com esses colegas, em intervalos de atendimentos; 7) observações da sala de espera dos pacientes, conversas deles etc.

O novo psicoterapeuta chega munido de minúcias do atendimento, feitas imediatamente após o atendimento. A escuta desse relato consiste em deixar o novo psicoterapeuta falar, expor o material disponível, sem interrupção. Desse modo, situo-me a respeito daquele desconhecido, o paciente. Nesse ponto observamos que o novo psicoterapeuta realizou sua escuta embasado por algum suporte teórico, como escreveu Cardoso (1985, p. 57): ‘procuramos apreender as mensagens do paciente à luz dos conceitos teóricos, e viabilizar as formas de conduzir a sessão’. Continua a autora na mesma página: ‘é comum sugerirmos um reforço bibliográfico que estimule o terapeuta a aprofundar, através do interesse por seu paciente, os seus conhecimentos na teoria propriamente dita’.

O suporte teórico é fundamental, mas outros elementos da vivência do estagiário devem ser levados em conta, experiência pessoal, leituras periféricas (fora do programa) e eventos diários no ambiente do estágio.

O supervisor não funciona como psicoterapeuta nem como “professor”. Dá-se a chance ao novo psicoterapeuta de refletir/elaborar no momento da supervisão, uma vez que esta não exige uma resposta imediata. O papel do supervisor é auxiliar o outro na sua percepção sobre questões e possíveis modos de intervir. Ambos se encontram, ao mesmo tempo, “dentro” e “fora” da situação terapêutica propriamente dita.

Supervisão não é apenas ensinamento, é construção. O novo psicoterapeuta é coadjuvante no processo, ele traz variados elementos e isto o capacita a implicar-se, tomando

a responsabilidade de decidir conforme a singularidade de cada caso. Nessa implicação ele se percebe, apoiando-se na sua análise pessoal. É essa a consistência do trabalho”.

Relato da experiência enquanto estagiário:

“À medida que a supervisão vai acontecendo, paulatinamente se forma uma ligação supervisor/estagiário que se assemelha a uma ‘certa cumplicidade’. O supervisor vai sendo comparado a um fiel depositário, aquele que cuida de algo valioso.

À imagem de professor acadêmico vai se juntando à de psicoterapeuta, embora não o seja naquele contexto. Uma não exclui a outra, nenhuma delas se forma por completo. O estagiário tem o professor à sua disposição, ele tem o suporte de um psicoterapeuta experiente. E, apesar da natural relação hierárquica existente, o processo de formação do novo psicoterapeuta é conduzido por uma relação de aprendizagem bilateral. O supervisor é provocado pelo estagiário/psicoterapeuta mediante o material escutado do paciente.

Outra relação que se forma no ambiente estágio/supervisão em uma clínica-escola é a possibilidade do estagiário ouvir o relato das escutas dos seus companheiros de estágio e os manejos que vão sendo realizados. Trata-se da possibilidade de o estagiário acompanhar um tratamento sem, contudo, fazer parte dele; mas que, na verdade, não o deixa de fora .

Lembro-me da fala de um colega de estágio em supervisão: ‘Acho que estraguei tudo!’ Ele se referia a uma atitude que tivera durante uma sessão, e a resposta do supervisor foi: ‘Não vamos tirar conclusões precipitadas acerca disso. Haveremos de escutar mais o paciente’. Aquilo me fez pensar sobre os meus atendimentos e, de certa forma, compará-los com os dos meus colegas de estágio”.

5. CAMPO DE REFLEXÃO E PRÁTICA ÉTICA

Partimos da noção de *Ethikós*, termo grego antigo. Dentre outros sentidos, ele designa *modo de ser* do sujeito. Interessa-nos, mais especificamente, *ethos*, palavra relacionada que se refere à morada, lugar onde habitamos. Como funcionam as relações neste espaço? Há confiança, respeito, privacidade? Para que haja integridade de cada um, com aspirações ao crescimento pessoal e do grupo, as relações precisam atender aos requisitos de respeitabilidade, confiança, privacidade etc. Tal ideia se estende à vida em sociedade, nosso

lugar do ponto de vista do grupo e, em sentido amplo, do humano. É a condição de segurança, abrigo, o que dá identidade tornando-nos o que somos.

A supervisão psicoterapêutica é espaço ético por excelência, nele não cabe a ideia de suspeição entre pacientes, estagiários e supervisores; respeito e sigilo são fundamentais. Há, porém, um viés perturbador nesse convívio, a condição de ser humano. No contexto da ideia freudiana, todo aquele que é civilizado padece de um mal-estar, graças aos princípios civilizatórios e educativos o sujeito se apresenta moderado. Contudo, é impotente diante das forças internas adormecidas, tornando-se um estranho na sua própria casa na medida em que desconhece parte de si próprio. Em *Análise terminável e interminável* Freud (1937/1972) escreve que o analista precisa se qualificar, adquirir condições específicas para a função analítica. Na sequência, explica: “onde e como pode o pobre infeliz adquirir as qualificações ideais de que necessitará em sua profissão? A resposta é: na análise de si mesmo, com a qual começa sua preparação para a futura atividade” (p. 282).

Equívocos, sejam eles pelo manejo de técnicas, falta de experiência ou, sobretudo, condição pessoal do novo psicoterapeuta, podem transformar o processo em outra coisa. Lacan (1997, p. 305) se refere à ética da psicanálise como “ética do desejo”; é preciso levar em conta o desejo, diz ele, há uma crise ética pela qual tem se considerado, apenas, a questão moral. O autor chama a atenção para determinados procedimentos considerados por muitos como trabalho psicoterapêutico. Ao falar sobre o espetáculo da Tragédia ele nos faz entender que muitas vezes, quando somos afetados emocionalmente, e que choramos, por exemplo, isso não representa uma transformação no campo do desejo. O tratamento não se reduz a um alívio momentâneo, descarga emocional que esvazia tensões, apenas. A análise, por outro lado, exige um trabalho psíquico, o que leva tempo e determinada parcela de sofrimento.

A relação terapeuta-paciente, assim como supervisor-terapeuta, é permeada por conflitos psíquicos de cada um. Há “professor”, “aluno” e “paciente”, cada qual num contexto, havendo o risco de se abandonar, ainda que sutil e inconscientemente, o objetivo do trabalho de supervisão psicoterapêutica. É o que se vê, especificamente, em Cardoso (1985):

A supervisão, desde a avaliação da primeira entrevista até o exame final de formação, atualiza as precoces angústias de separação, fazendo experimentá-las como mágoa ou castigo ou como castração ou infantilização dependendo da posição do supervisor, podendo isto ser vivenciado como uma atitude maternal carinhosamente limitante ou como uma punitiva autoridade paterna, como a conduta correspondente do supervisor (p. 41).

Dentre os riscos de a supervisão se tornar outra coisa, destacamos a interpretação precipitada e a co-terapia. São comuns casos nos quais uma primeira entrevista de tratamento apressa o novo psicoterapeuta em fazer perguntas e tirar conclusões a respeito do paciente. Em nossa experiência, chegamos a perguntar ao estagiário: “o que lhe conduz a esse tipo de intervenção? Você só iniciou a escuta, quase nada sabe a respeito do seu paciente. Há pressa?” A respeito da co-terapia, Cardoso (1985) adverte que a supervisão contribui no sentido de “clarificar seus pontos cegos que poderão ser aprofundados no processo terapêutico pessoal. [...] ao supervisor não compete terapeutizar seu supervisionado, mas procurar levá-lo à percepção da existência da problemática, quando ela existe” (p. 109).

Relato da experiência enquanto estagiário:

“Talvez uma das fontes dos meus receios fosse os riscos de prejudicar a vida de algum paciente. Outros temores vinham daí: causar problemas para a clínica-escola e para a universidade; prejudicar a carreira acadêmica do supervisor e do coordenador de estágio; estragar minha formação, enfim... medo de estragar tudo. Porém, não via esses medos como de todo ruim; pelo contrário, eles me tornavam mais cuidadoso em minhas atividades, principalmente no tocante à ética. O zelo à dignidade humana e respeito às pessoas foi intensificado nos meus relacionamentos com os pacientes e envolvidos no estágio.

Facilmente percebi que a conduta ética era comum a todos os participantes, o que proporcionava um ambiente seguro e de grande cooperação, lastrado na confiança e conduta profissional que ali se iam tomando forma”.

Relato da experiência enquanto supervisor:

“No primeiro contato com os estagiários escuto cada um deles, quero entender suas expectativas, condições pelas quais se encontram para a nova tarefa. Além das disciplinas já cursadas, pergunto sobre o tempo disponível e disposição interna para as atividades. Quero saber se já fez análise, se está fazendo ou quando a iniciará. Nesse nível, o estagiário é convocado a averiguar a respeito de si mesmo, responsabilizando-se pela sua condição junto ao grupo de supervisão psicoterapêutica e pacientes. Penso que o primeiro encontro estagiário-supervisor não indica, necessariamente, certeza do estágio entre o par. É preciso a aceitação de um e do outro, confiança mútua.

Dedico atenção à relação dos novos psicoterapeutas com seus prontuários, falas junto aos colegas e outras pessoas do setor; compromisso frente aos horários de cada atendimento e

formas de comunicação com os pacientes são fundamentais. Durante a supervisão fazemos com que o novo psicoterapeuta possa distinguir aquilo que vem do paciente e o que surge de si mesmo, o quanto isto pode afetar o tratamento de modo negativo ou positivo. Entre faltar à supervisão e ao atendimento do paciente, oriento não negligenciar este último.

Em todo caso, o 9º Artigo do Código de Ética Profissional do Psicólogo permeia nossas relações na supervisão, do início ao fim, embora não se o mencione, necessariamente”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que alguns possam sugerir, o atendimento clínico psicológico supervisionado é eficaz por sua qualidade. O paciente é escutado de modo privilegiado, ele tem o estagiário diante dele e, em outro lugar, alguém experiente que também o escuta com especial acuidade; ambos têm cuidado e interesse. Há, normalmente, uma escuta grupal e apurada.

A psicanálise, como ciência da incerteza e da imprecisão, reconhece a condição de errante inerente ao humano, fato testemunhado cotidianamente por experientes e notáveis psicoterapeutas. O erro conduz à superação, esta dignifica e faz errar menos. Em todo caso, possíveis equívocos durante a escuta do novo psicoterapeuta são contornados no processo da supervisão, outros nem chegam ao consultório do atendimento, porque ainda na raiz foram trabalhados.

Não sendo o homem produto acabado, sua vulnerabilidade é o que impulsiona a sucessivas superações, desde que se exerça o trabalho psíquico no campo do desejo. Eis a distinção fundamental entre o homem e outras espécies.

A escrita sobre a supervisão psicoterapêutica é relevante, nenhuma ciência psicológica é feita solitariamente ou por poucos, a psicanálise por excelência.

REFERÊNCIAS

Barbosa Neto, E.; Rocha, Z. (2014). Repetir, repetir, repetir... Por quê? Revista Psicologia e Saberes, v. 3, nº 4, 1-12. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/259>

Barbosa Neto, E. (2010). O conceito de repetição na psicanálise freudiana: ressonâncias clínicas na re-elaboração simbólica do repetido. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em psicologia clínica, Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, PE. 90 p. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp130911.pdf>

Barbosa Neto, E. (2015). Repetição na psicanálise e suas repercussões clínicas com o aporte do conceito de repetição em Kierkegaard. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Recife, PE. 191 p. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/860/1/esperidiao_barbosa_netto.pdf

Cardoso, E. R. G. (1985). *A formação profissional do psicoterapeuta*. São Paulo: Summus. 116 p.

Cunha, A. G. (1986). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 101 p.

Ferreira, A. B. H. (2001). *Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 873 p.

Freud, S. (1969). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. In: S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (J. Strachey, trad., Vol. 12, pp. 147-159). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912).

Freud, S. (1969). *Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)*. In: S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (J. Strachey, trad., Vol. 12, pp. 163-187). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).

Freud, S. (1937/1972). *Análise terminável e interminável*. In: Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (J. Strachey, trad., Vol. 23, pp. 241-287). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937).

Lacan, J. (1997). O seminário, livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar. (Original em 1960). 396 p.

Lacan, J. (2002). *R.S.I. - Séminaire 1974-1975*. Paris : Éditions de l'Association Freudienne Internationale. Publication hors commerce. (Referente ao Seminário, Livro 22). (Original publicado em 1975). 209 p.

Lacan, J. (2008). Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar (original publicado em 1964). 277 p.

Rocha, F. (2012). Entrevistas preliminares em psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo. p. 42-86. 223 p.